

Salão Nobre dos Paços do Concelho

Reunião Ordinária de 12-01-2022

Ata nº 1

Membros da Câmara Municipal	Cargo	P/F/S
Manoel Batista Calçada Pombal	Presidente da Câmara Municipal	P
José Augusto Passos Rodrigo	Vereador	P
José Adriano Esteves Lima	Vereador	P
Manuel Fernandes Ramos dos Santos	Vereador	P
Maria de Fátima Rodrigues de Sousa Táboas	Vereador	P
José Custódio Domingues	Vereador	P
Sónia Maria Esteves Trancoso	Vereador	P

P-Presença F-Falta S-Suspensão

Situação financeira em 06-01-2022

Operações Orçamentais	389.687,56€
Operações de Tesouraria	575.437,31€
Documentos	0,00€

Início da reunião:14.30 horas

Esta reunião foi secretariada por Soraia de Fátima Vaz Domingues, Técnica Superior Jurista da Divisão de Gestão Municipal.

I – Antes da ordem do dia

O Presidente da Câmara começou a reunião por propor um voto de pesar pelo falecimento do Dr. Bento Sousa Silva, o qual exerceu funções de Presidente de Câmara e foi reconhecido como cidadão de mérito, passou a ler o voto de pesar, o qual se transcreve:

“O executivo manifesta o seu pesar pelo falecimento do Dr. Manuel Bento Sousa Silva, Presidente da Câmara Municipal de Melgaço no mandato de 1979 a 1982, reconhecendo o seu legado enquanto cidadão votado à causa pública como autarca.

Em 2016 esta Câmara atribui-lhe o justíssimo título de cidadão de mérito. Por altura do seu falecimento decretamos um dia de luto em sua honra.

Aos seus familiares apresentamos as nossas maiores condolências com a certeza de que a sua memória está regista na história do Município e no coração dos Melgacenses.”

O Presidente da Câmara colocou à votação a aprovação do voto de pesar proposto. O executivo deliberou por unanimidade, aprovar, o presente voto de pesar.

Propôs ainda o Presidente da Câmara, o seguinte voto de pesar pelo falecimento do Dr. Francisco Sampaio, figura de elevada importância para a região:

“O executivo manifesta o seu pesar pelo falecimento do Dr. Francisco Sampaio, fundador e antigo Presidente da Região de Turismo do Alto Minho. O trabalho feito em prol da região foi notável e abriu portas ao futuro do turismo do Alto Minho.

Aos seus familiares apresentamos às nossas condolências.”

O Presidente da Câmara colocou à votação a aprovação do voto de pesar proposto. O executivo deliberou por unanimidade, aprovar, o presente voto de pesar.

Proseguiu a reunião referindo-se ao assunto de alteração de horário das farmácias, afirmou que o executivo em funções estava a acompanhar a situação e que já se tinha realizado uma reunião com os proprietários das farmácias, locais há uma semana. Asseverou que já foi dada nota da preocupação pelas necessidades da população bem como pelo sentimento de segurança que as farmácias proporcionam ao se manterem abertas durante a noite. Informou que resultante da reunião ficaram as mesmas de apresentar outras opções, visto que a tutela das farmácias não está afeta ao Município.

Continuou para se pronunciar sobre as interpelações do Vereador Manuel Fernandes nas últimas reuniões de Câmara relativamente ao parapente, afirmou que os serviços já se encontram a tratar do assunto.

O Vereador José Rodrigo pediu a palavra para questionar sobre o agendamento das reuniões de Câmara Municipal e sessões da Assembleia Municipal, afirmando que deveria haver um lapso na calendarização pois estava agendada uma sessão da Assembleia Municipal no dia 22 de junho, quarta-feira e normalmente são aos sábados.



Continuou para informar sobre uma situação do seu desagrado, no lugar do Souto, em concreto na estrada até ao cais do Rio Minho, um percurso de lazer, turístico, de acesso ao rafting onde são visíveis resíduos de lenha e armazenamento de lenha por um particular. Afirmou que não sabia se o Município detinha a jurisdição do local, mas que considerava que se tratava do domínio público pelo que se deveria proceder à limpeza total do local, bem como, averiguar quem causa estas situações. Asseverou que considerava que estas situações proporcionam péssimo aspeto aquela zona e que é importante uma ação fiscalizadora e de limpeza, e garantir que não é praticado daí em diante o corte de lenha debaixo do viaduto. O Vereador fazia-se acompanhar por algumas fotografias que entregou ao Presidente da Câmara.

O Vereador Manuel Fernandes interveio para assegurar que a questão do encerramento das farmácias em horário noturno é uma preocupação de todos, mas este processo não é uma surpresa para o Município, pois este tem várias fases e o Município não se pronunciou no momento adequado. Foi dado conhecimento pela ARS Norte de que notificou o Município a seu tempo e este não se pronunciou. Esta resposta da entidade faz com que se deva questionar se efetivamente esta comunicação existiu. Esta afirmação, comprovada a sua veracidade é grave e é importante clarificar. Relativamente à população estes desenvolvimentos colocam em causa a vida das pessoas e a sua qualidade também, traduzindo-se em revolta, pois começa a sentir-se um sentimento de perda. Declarou que na sua opinião este assunto resolvia-se facilmente confrontando os serviços de saúde com a abertura do Serviço de Atendimento Permanente (SAP), assim as farmácias também teriam que estar abertas vinte e quatro horas. Disse que olhando para as estatísticas era notório que não existe assim tanta afluência, mas a vida das pessoas não é estatística. Se em alguns casos, como por exemplo o da Zona Empresarial afirmamos que já vamos atrasados e defendemos há vários anos a sua implementação, neste caso, pior que estar atrasado é estar adormecido.

O Presidente da Câmara disse que ia começar pelo adormecimento, afirmou que chegou em 2009 e a Zona Industrial de Penso não estava completa, mas nessa data já se tinha conhecimento das suas limitações. Não estivemos adormecidos pois quando possível o financiamento estávamos preparados. Não fomos tarde, fomos no momento em que foi possível, e bem, pois foi possível dentro de várias candidaturas a nível nacional, aprovar a de Melgaco. O bom caminho também passa por colocar empresas com capacidade e com valor acrescentado, inovação e empregabilidade, que cria e deixa dinheiro no território e sobretudo massa critica. Não estamos desatentos nem muito menos adormecidos, quer no que toca a este assunto, quer em outras matérias relevantes para o concelho. Por exemplo quando surgiu o problema do encerramento dos CTT, rapidamente foi apresentada uma solução melhor até do que aquilo que tínhamos, sem nunca os correios encerrarem.

Nas questões da saúde, estamos a atravessar um momento complexo. As queixas são transversais a todos o país, pois estão a ser utilizados recursos que já estão esgotados e que nunca são demais, contudo agora ainda tiveram que ser alocados a outras realidades que surgem com o COVID-19, que não permitem dar resposta as situações normais. Estas queixas são transversais a todos os concelhos. Na qualidade de Presidente da CIM Alto Minho a minha primeira iniciativa foi precisamente junto da saúde apresentar alguns problemas, acompanhados das oportunidades de melhoria que existem, em especial ao nível dos equipamentos, no âmbito do PRR. Acrescentou, que pretende uma verdadeira revolução nos equipamentos de saúde e ver os Centros de Saúde melhorados, não se pretende criar guerras, mas mostrar a disponibilidade em ajudar e juntos fazer

o que é necessário, pois a Administração Central não poderá dar resposta a tudo. Em relação às farmácias importa frisar que não são entidades públicas, mas sim privadas com um serviço público. O Presidente da Câmara não foi notificado de rigorosamente nada e não respondemos estas questões na comunicação social. A resposta foi dirigida diretamente para a ARS Norte e foi dada nota à ULSAM.

Já estamos habituados, e o Vereador Manuel Fernandes deve estar lembrado, que quando foi o processo dos Cuidados Continuados também foram dadas respostas descabidas. Neste momento a resposta dessa entidade foi apenas pela comunicação social.

Relativamente à questão colocada pelo Vereador José Rodrigo o Presidente afirmou que este Município presa as questões ambientais e que o território esteja imaculadamente limpo, até mesmo aquelas zonas que não são competência do Município. Estamos sempre atentos a estas situações, esta em concreto pelo que percebi da explicação do Vereador trata-se de uma ocupação do domínio público por uma atividade de madeira, desconheço se para fins pessoais ou profissionais, mas a fiscalização municipal irá ao local para apurar.

O Vereador Manuel Fernandes requereu a palavra para responder que o PSD não está contra a Zona Empresarial de Alvaredo, já estavam a favor em 2005 e continuam, afirmou ainda que congratulam que as empresas que se venham a alojar sejam efetivamente empresas de valor acrescentado. Na última sessão da Assembleia Municipal o Sr. Presidente disse que já existem contratos de promessa com as empresas pelo que já há uma vinculação. Ou seja, o Município já está a estabelecer contratos de promessa e os Vereadores não têm conhecimento dos mesmos, não entendemos o motivo de tanta reserva. Por vezes em política são fornecidos dados que depois não se traduzem, não acredito que se trate disso, isto é, que não é uma manipulação, mas não se percebe a reserva.

Atendendo a estas intenções de implementação empresarial, foi-me dado nota que no caso dos Supermercados Coca as coisas foram-se complicando e que não andaram.

Aproveito para questionar se já existe um projeto ou se nos ficamos pelas intenções. No que diz respeito ao licenciamento das Adegas foram colocadas exigências que dificultaram o processo, talvez fosse importante aligeirar. Também deste processo não foi dada nota do ponto de situação.

Prosseguiu para se pronunciar sobre a atribuição de títulos honoríficos não se ter realizado nem no ano de 2020, nem no ano de 2021, afirmou que considerava esse reconhecimento importante e questionou se tal homenagem não se realizou por motivos da pandemia por COVID-19 ou se na verdade não havia ninguém que merecesse esse reconhecimento. Nesse sentido apresentou como proposta para a atribuição de título honorífico o Sr. Professor Doutor Rocha Armada, disse desconhecer a sua vinculação profunda à terra, mas afirmou ter conhecimento de que é de Melgaço.

Por último, a Rádio Vale do Minho tem suscitado algumas questões que fazem crer que não se trata de um órgão imparcial, que assegura a expressão de todas as sensibilidades, exemplo disso foram as últimas notícias sobre as Farmácias. Afirmou que gostaria que o órgão no exercício do seu trabalho mostrasse respeito por todas as sensibilidades e não apenas por um dos lados. Este órgão está sobre a tutela e condicionada às Câmaras e consequentemente aos partidos nela

representados, que o financiam, pelo que não é um verdadeiro órgão de comunicação. Nesse sentido, o Vereador requereu ao Presidente da Câmara o envio dos protocolos dos três últimos anos, acompanhados das respetivas transferências financeiras para a Rádio Vale do Minho.

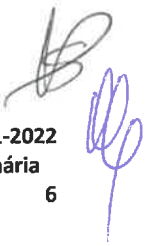
O Presidente da Câmara explicou que relativamente à Zona Empresarial de Alvaredo já foram outorgados dois contratos de promessa para aquisição de lotes e instalação de empresas, dias antes das eleições autárquicas, contudo garantiu que não usaria isso para fazer campanha política e assim foi. Uma das empresas candidatou o investimento em Melgaço e para o efeito solicitou a área de 20 000 m². Essa é a área contratualizada para um investimento no âmbito do frio industrial hospitalar, tendo como clientes hospitais e farmacêuticas, sendo o seu maior cliente o Hospital de São João. A segunda empresa solicitou uma área de 1000 m² e trata-se de uma fábrica com capital brasileiro, na área do diamante de corte ortodôntico, esta também sujeita a aprovação de candidatura. Ainda para a Primeira Fase da Zona Empresarial está também a ser elaborado um contrato de promessa para uma empresa de transportes que opera aqui perto. Na área do vinho também já fomos contactados, pelo que há um interessado ainda para a primeira fase para uma área de 5000 m² e já para a segunda fase um outro interessado para uma área de 15 000 m².

No que diz respeito ao supermercado Coca o Presidente da Câmara disse lamentar que a informação dada no exterior seja essa. Afirmou que se o Vereador tivesse oportunidade de falar com os investidores iria perceber, certamente, que a Câmara proporcionou todo o apoio para a resolução dos problemas que foram surgindo, até mesmo com entidades de âmbito nacional, como é o caso da IP. Informou que o projeto para o supermercado coca já possui PIP aprovado.

Quanto ao licenciamento das Adeegas, esse assunto está resolvido, estão todas as adeegas que apresentaram projeto devidamente regularizadas, até com dimensões superiores às inicialmente apresentadas, porque foi feito o trabalho de alertar os produtores nas que poderiam ser as suas necessidades a curto prazo. Alguns produtores não avançaram ainda com a execução dos projetos, contudo tendo a sua aprovação podem fazê-lo a qualquer momento. Neste que foi um trabalho que abrangeu várias adeegas, apenas uma ainda não regularizou a situação, mas não por falta de apoio do Município mais sim, por questões dos particulares. Diferente deste processo foi o licenciamento das instalações pecuárias no âmbito do RERAE, que não foi concluído devido a diversas imposições do ICNF.

A atribuição de Títulos Honoríficos é para manter estes últimos dois anos não foi realizado, evidentemente devido ao COVID-19, não por falta de personalidades merecedoras desse reconhecimento.

Em relação à Rádio Vale do Minho o Presidente da Câmara afirmou que procura ter uma relação cordial com todos os meios de comunicação presentes no concelho, responde apenas quando há interesse para o Município, sem nunca utilizar a posição de Presidente da Câmara para dizer o que deve ou não constar nesses meios. Afincou que a indignação que o Vereador apresenta também já a sentiu em relação a outros meios de comunicação e com essa entidade em concreto em momentos que considerou que não era dada a atenção adequada ao que se passava em Melgaço quando comparado com outros concelhos, mesmo assim, não exerceu pressão. Efetivamente existe um contrato com a Radio Vale do Minho e outro com a Alto Minho TV, esta última em que o Município é proprietário, não havendo, no entanto, qualquer diferenciação. Outros meios de



comunicação locais, mostram falta de imparcialidade, nomeadamente a Voz de Melgaço, e também me poderia indignar, contudo considero que não é importante para o concelho essa indignação. Com esta também o Município possui um contrato anual de publicidade. Concluiu afirmando que o tratamento que a Rádio Vale do Minho faz à informação é da responsabilidade apenas de quem faz a gestão editorial.

II - Ordem do dia

Administração Municipal

1. Neste ponto não estão para aprovação as Atas das reuniões anteriores, por não ter sido possível aos serviços concluí-las.
2. Justificação de faltas.
Neste ponto não se verificou qualquer requerimento de justificação de falta.

Gabinete de Projetos

3. Presente requerimento em nome da empresa "Transportes Sousa & Carpinteiro, Lda", a requerer autorização para alienação de terreno na zona industrial de Penso - Lote n.º4, que ficará anexo a esta ata. O Chefe de Unidade prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constante da informação n.º11301 de 17-12-2021 e no uso do Regulamento da Zona Industrial de Penso, aprovar a autorização para alienação de terreno na zona industrial de Penso – Lote n.º4. Esta deliberação foi aprovada em minuta.

4. Presente para efeitos de aprovação a adenda ao "Contrato para Alocação de verbas no âmbito dos Programas PART e PROTRansP" celebrado com a CIM do Alto Minho, que ficará anexa a esta ata. O Chefe de Unidade prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constante da informação n.º11423 de 23-12-2021, a aprovação de adenda ao "Contrato para Alocação de verbas no âmbito dos Programas PART e PROTRansP" celebrado com a CIM do Alto Minho.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

5. Presente para efeitos de aprovação as medidas ao PART e PROTransP 2022, que ficarão anexas a esta ata. O Chefe de Unidade prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constante da informação n.º176 de 05-01-2022, aprovar o seguinte:

- A. Manutenção de serviços mínimos das carreiras municipais contratualizadas (contratos n.ºs 83/2021 e 94/2021, cujo valor global estimado para o ano de 2022 ascende a 52.275,00 EUR; e



B. Continuação da medida de transporte gratuito à sexta (dia de feira semanal) nas carreiras de âmbito municipal operadas no concelho.
Esta deliberação foi aprovada em minuta.

Divisão de Desenvolvimento, Educação e Cultura

6. Presente requerimento em nome de Samuel Alves, a solicitar a isenção de taxas de edificação previstas no Regulamento Municipal, no âmbito do PDSS, que ficará anexo a esta ata. A Técnica dos Serviços prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constante da informação n.º11039 de 10-12-2021 e no uso do artigo 5.º do Plano de Desenvolvimento Sustentável e Solidário, aprovar a isenção de taxas de edificação.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

7. Presente para efeitos de aprovação as Normas de Participação - Entrudo 2022, que ficarão anexas a esta ata. O Chefe de Unidade prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constante da informação n.º11321 de 20-12-2021, a aprovação das Normas de Participação – Entrudo 2022.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

8. Presente para efeitos de aprovação a alteração do anexo I - Planta dos Lugares da Feira Semanal, que ficará anexo a esta ata. A Técnica dos Serviços prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Vereador José Rodrigo solicitou a palavra para dar nota de que na Rua Poço de Santiago são estacionados veículos comerciais pertencentes a feirantes que condicionam o trânsito quer de outros feirantes quer dos moradores.

O Presidente da Câmara disse que iria comunicar aos serviços a preocupação apresentada pelo Vereador.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constantes da informação n.º173 de 05-01-2022 e ao abrigo do n.º2 do artigo 26.º do Regulamento Municipal das Atividades Económicas não Sedentárias (RMAENS), aprovado em 30 de Junho de 2017 e publicado no Diário da República n.º172, 2ª série, de 6 de setembro de 2017, a aprovação da alteração do anexo I – Planta dos lugares da Feira Semanal.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

9. Ofício da Associação Social e Cultural "Dona Paterna", a solicitar a concessão de um subsídio no valor de 30.000,00€, para ajudar nas despesas de tesouraria. A Chefe de Unidade prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Presidente propôs a atribuição de 10.000€ à Associação, explicou que este ano os apoios devem ser reduzidos ao estritamente necessário pois o orçamento municipal é pesado

devido às obras de grande envergadura que se estão a executar, nomeadamente a Zona Empresarial de Alvaredo.

O Vereador Manuel Fernandes pediu a palavra para questionar como é que a Associação se tem aguentado tanto tempo a servir tão poucos utentes. Depois ainda circularam rumores de possíveis apropriações à associação, que numa estrutura tão pequena não deve haver margem para tal. Afirmou que se fosse feito um estudo prévio de viabilidade esta instituição possivelmente não teria avançado.

O Presidente respondeu que todas as instituições de solidariedade social têm tido grandes dificuldades, pois os apoios ficam aquém das suas necessidades. Afirmou ainda, que apesar de quaisquer tipos de rumores a instituição deve ser apoiada pois são as populações que estão em causa.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constante da informação n.º215 de 06-01-2022 e no uso da alínea u) do artigo 33º do anexo I à Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, conceder um subsídio no valor de 10.000,00€, para ajuda das despesas de tesouraria.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

10. Ofício da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Melgaço, a solicitar a concessão de um subsídio anual no valor global de 156.325,00€, que ficará anexo à presente ata. A Chefe de Unidade prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Presidente da Câmara propôs a atribuição de 110.000,00€ a título de subsídio anual e 36.325,00€ para apoio a EIP.

O Vereador José Rodrigo questionou se esse valor era suficiente. Disse ter conhecimento que a autarquia vai dando apoio à Associação dos Bombeiros Voluntários, contudo afirmou saber que o INEM não trazia grandes vantagens à instituição, pois os valores que daí advêm não pagam sequer a manutenção das viaturas. Sabendo de alguns encargos que a Associação tem, disse crer que necessitariam de maior suporte contabilístico, pelo que possivelmente ao longo do ano surgiriam necessidades, pelo que a Câmara terá que socorrer a instituição, assim sendo, era preferível fazê-lo de imediato. Acrescentou que para a atribuição destes apoios seria necessário fazerem-se acompanhar dos documentos contabilísticos que suportem o pedido, frisou que com isto não estava a colocar em causa a qualidade da gestão para a determinação dos valores.

O Presidente da Câmara responde que tinha consciência de que em relação ao INEM os valores transferidos pela entidade gestora não são suficientes para os encargos suportados pela Associação, por esse e outros motivos a Autarquia tem feito e continua a fazer esforços para apoiar cada vez mais e mais. Neste momento está a ser deliberado o apoio à EIP depois virá o apoio à Equipa de Combate a Incêndios, a isso acresce que no corpo de Bombeiros estão alocados quatro a cinco colaboradores da Autarquia, pagos por esta. Claro que gostaríamos de fazer mais, e claro que deveríamos fazer mais, mas é feito o possível dentro das limitações orçamentais que possuímos. Explicou ainda, que o Município não tem reforçado o subsídio anual durante o ano, contudo tem prestado apoios ao

capital, nomeadamente na aquisição de viaturas. Concluiu afirmando que o desejável seria que a tutela tivesse capacidade de investimento nas corporações de Bombeiros.

O Vereador José Rodrigo disse que deve haver todo o interesse em apoiar estas instituições, pois é do conhecimento geral que não possuem liquidez para fazer face as despesas, pelo que a sua gestão deve ser rigorosa e a Autarquia deve estar atenta a mesma. Por exemplo, seria importante saber como está a associação nível do pagamento a fornecedores.

Interveio o Vereador Manuel Fernandes para afirmar que sem dúvida a Autarquia devia estar atenta as questões financeiras da Associação e suscitar à Direção uma maior responsabilização. Afirmou que tinha noção do crescimento do apoio dado pela Autarquia, contudo não gostaria que a Direção visse a Câmara como uma árvore que está sempre disponível para os socorrer. Afirmou que considerava que a Direção e o Corpo de Bombeiros deveriam ser criativos na forma de arrecadar valores para a Associação. Disse que há dias tinham feito uma visita na qual ficaram inteirados das dificuldades e claramente estão sensíveis a elas, contudo é essencial atuar junto da comunidade que certamente também ajudará tão nobre instituição.

O Presidente da Câmara disse que subscrevia, efetivamente as organizações devem ser capazes de encontrar soluções para os seus problemas e é necessário serem criativos. Neste momento o grande desafio da instituição é a concretização de um novo Quartel, para o qual o Município também tem prestado o seu apoio, nomeadamente em termos de projeto. Afincou que esperava que a Associação tivesse a ousadia de avançar com a concretização do quartel e que surjam oportunidades de financiamento nesse âmbito.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constante da informação n.º187 de 06-01-2022 e no uso da u) do n.º1, do artigo 33.º do anexo I à Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, conceder um subsídio anual, no valor de 110.000,00€ pago em 12 prestações e um subsídio no valor de 36.325,00€ pago em 12 prestações, para a equipa EIP.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

Divisão de Planeamento e Gestão Territorial

11. Presente requerimento em nome de Alzira Domingues, cabeça de casal da herança aberta por óbito de José Lourenço, a solicitar a emissão de certidão de constituição de compropriedade indivisa, relativo aos prédios inscritos na matriz predial rústica sob os artigos 1941 e 5484, da União de Freguesias de Chaviães e Paços, que ficará anexo a esta ata. O Técnico dos Serviços prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

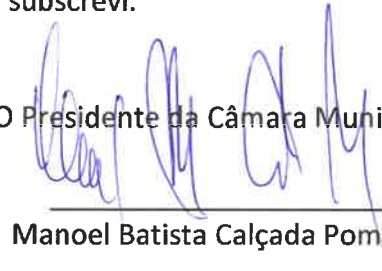
O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constante da informação n.º11401 de 22-12-2021 e no uso da competência prevista no artigo 54.º da Lei n.º64/2003, de 23 de agosto, aprovar a emissão de certidão de compropriedade, relativo aos prédios inscritos na matriz predial rústica sob o artigo n.º1941 e artigo n.º5484, da União de Freguesias de Chaviães e Paços.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

E nada mais havendo a tratar, quando eram 16.17 horas, foi a reunião encerrada pelo Senhor Presidente, da qual, para constar, se lavrou a presente acta.

E eu, Suzia G. Domingues, Técnica Superior Jurista da Divisão de Gestão Municipal da Câmara Municipal de Melgaço, a subscrevi.

O Presidente da Câmara Municipal



Manoel Batista Calçada Pombal